

---Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e vinte, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

---Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação dos Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e oito do Município de Óbidos;-----

---Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da proposta de Empréstimo de longo prazo do Município de Óbidos – Complexos Escolares do Alvito e do Furadouro;-----

---Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da proposta de deliberação sobre a integração da Câmara Municipal de Óbidos como associado fundador da OBITEC;-----

---Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da proposta de integração de capital da Óbidos Requalifica na OBITEC;-----

---Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da proposta de Estatutos da OBITEC;--

---Ponto número sete – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Óbidos;-----

---Ponto número oito – Relatório de Gestão e Contas de dois mil e oito da Óbidos Patrimonium para conhecimento;-----

---Ponto número nove – Relatório de Gestão e Contas de dois mil e oito da Óbidos Requalifica para conhecimento;-----

---Ponto número dez – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

---Ponto número onze – Período fora da ordem do dia;-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Vitor Manuel Leal Pedras e Joaquim Elias Timóteo Carlos, os quais foram substituídos pelos Senhores Deputados Alexandre dos Santos Ferreira e Sabino Augusto Correia Félix.-----

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a acta número sete, de vinte e dois de Dezembro de dois mil e oito e leu as alterações propostas pelo Senhor Vereador José Machado. -----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que falta um ponto de interrogação na sua intervenção, descrita na página dez, e que na página vinte o sentido da sua frase, em relação ao “bota a baixo”, deve ser alterado.-----

---O Senhor Deputado José Oliveira perguntou se elementos que não fazem parte da Assembleia Municipal podem propor alterações às actas da mesma.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que, do ponto de vista jurídico, quem usa da palavra pode sugerir alterações.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a acta aprovada por maioria, com uma abstenção, na sua nova redacção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi posta à votação a acta número um, de vinte e oito de Fevereiro do corrente ano. Como alguns Deputados não tiveram tempo de lerem a acta convenientemente, a mesma vai ser aprovada na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Cartas de justificação de falta dos Senhores Deputados Vitor Manuel Leal Pedras e Joaquim Elias Timóteo Carlos à presente reunião e de Feliciano José Barreiras Duarte à reunião de vinte e oito de Fevereiro do corrente ano; Carta de Luiz Salles sobre uma entrevista telefónica dada ao Jornal Diário de Notícias, na qualidade de Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Óbidos, a qual vai ser distribuída por todos os Deputados. A correspondência recebida foi posta à disposição dos Senhores Deputados.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs que se fizesse um minuto de silêncio em memória da criança que faleceu e em respeito à família, que tem sido importante na construção da história colectiva de Óbidos e na relação que tem estabelecido com a Câmara Municipal. Foi prestado um minuto de silêncio em memória da criança e da respectiva família.--

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que era a sua família. É um primo. Vai transmitir aos seus primos a amabilidade da Assembleia Municipal, a qual agradece.-----

---PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Deputado José Capinha disse que na última Assembleia Municipal afirmou que os Deputados do PS na Assembleia Municipal já estavam a agir como se estivessem em campanha política (eleitoral) e foi com alguma tristeza, embora já estivesse à espera, que nos últimos tempos assistiu a diversas notícias e tomadas de posição públicas pelos elementos do PS que corroboram no pior dos sentidos essa atitude. É curioso para quem acompanha no Concelho, todos os dias, a actividade deste Município e, depois lê e observa as tomadas de posição públicas do PS, constata duas realidades completamente distintas. São dois mundos. Por um lado temos o Município que trabalha, que todos os dias age no sentido de proporcionar aos Municípes uma melhor qualidade de vida. Com apostas no investimento em equipamentos, em infra-estruturas e no desenvolvimento do Concelho. Demonstrando um sentido, um rumo, uma consequência do que todos os dias vão fazendo, uma clara visão estratégica, termo que os Senhores Deputados do PS não gostam e que os incomoda tanto. Por outro lado, temos os Senhores Deputados do PS que em tudo encontram defeito, em tudo vêem ilegalidades e quando se tenta explicar algo, somente sabem retribuir com adjectivos de autoritarismo, prepotência e outros mais. Quando confrontados com a crítica dessa atitude, rebatem, dizendo que é falso, que não praticam política do bota abaixo. Então vejamos: Escolas, três Complexos Escolares; Quartel dos Bombeiros, tanto que lhes custou este. Aproveitou para felicitar a nova Direcção, desta tão nobre Instituição que na passada quinta-feira deu mais uma prova do seu valor e um forte recado que os Senhores Deputados do PS deveriam ouvir; Parque Tecnológico; Piscinas; Complexo Logístico; Parque Florestal a poente do castelo; Investimentos nas escolas; Novos Jardins de Infância; Investimentos nos novos Centros de Saúde; A requalificação urbana que tem sido efectuada por todo o Concelho, em concreto queria referir o Bairro dos Arcos; Os empreendimentos turísticos que têm surgido motivados pelo apoio do Município; Eventos, como sejam: Festival de Chocolate, que ainda este ano foram os próprios comerciantes que solicitaram que se prolongasse por mais dois dias, estando os Senhores Deputados do PS sempre a criticar e querendo fazer passar a mensagem de que os comerciantes não querem o evento. Que falta de humildade política e que visão da democracia os Senhores Deputados do PS apresentam se nem

respeitam a vontade popular, ou associativa, como se verificou recentemente no caso dos Bombeiros; Mercado Medieval; Festival de Ópera; Maio Barroco; Temporada do Cravo; Junho das Artes; Programa Melhor Idade; As Empresas Municipais, que são os veículos, que permitem a execução de muitos destes eventos, alguns dos quais os Senhores Deputados do PS não criticam, pois era clamoroso, mas criticam o seu veículo de execução e os Senhores Deputados do PS têm obrigação de saber isto. Recentemente: O Julgado da Paz, inaugurado na passada terça-feira, primeiro no Distrito de Leiria, que permitirá uma justiça mais barata, mais rápida e menos burocrática; Os resultados que o Concelho obteve no Anuário Financeiro, de imediato menosprezado com meias verdades. A tudo isto os Senhores Deputados do PS conseguem colocar defeitos, a nada disto ouviu até hoje um elogio público. Mas o pior é que não limitam essa opinião para eles, não, numa atitude completamente desrespeitosa para esta Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal vão expô-la primeiro nos órgãos de comunicação social, sem se preocuparem primeiro em questionar quem de direito a fim de serem esclarecidos caso algumas dúvidas houvesse (crê bem que não querem é ser esclarecidos). Primeiro espalham na praça pública, calúnias e não verdades, factos infundados, esquecendo-se que têm o dever para os Municípios de se informar, lançando climas de suspeição sobre nada. Concluí somente que os Senhores Deputados do PS não querem fazer parte das soluções mas sim dos problemas. E como estes não existem, não têm problema algum em inventá-los. Parece que confundem o PSD com a Câmara Municipal. Para que esta crítica não caia no vazio e se comprove que esta é a conduta do PS, questionou o Senhor Presidente da Câmara se o Senhor Vereador José Machado não assiste às reuniões de Câmara. Põe esta questão após verificar as notícias que lançou recentemente num jornal, relativamente ao conjunto habitacional em desenvolvimento no Bairro dos Arcos. Resulta num investimento directo no Concelho que o Senhor Vereador se lembrou de apelidar de “muro da vergonha”. Com certeza que os investidores devem ter considerado estas palavras muito favoráveis e adequadas. Ficar-lhe-ão extremamente gratos pelo apoio e certamente irão comentar com outros investidores o comentário que o Senhor Vereador fez por forma a que mais investidores venham para Óbidos. Gostaria de saber se o referido projecto foi aprovado em reunião de Câmara. Se sim, qual foi a posição do Senhor Vereador. Gostaria também que explicasse a esta Assembleia Municipal quais os planos da Câmara Municipal para a área que vai das piscinas até aos armazéns antigos da Câmara Municipal, que tem sido objecto, na sua opinião, e conforme já ouviu a sua explicação por diversas vezes, de uma requalificação intensa e continua, obviamente que programada de forma responsável para que as actividades desenvolvidas nos edifícios não sejam interrompidos. Com certeza o Senhor Vereador José Machado não tem assistido a estas reuniões, pois somente assim se explica as suas declarações, bem como as posições de alguns Deputados do PS na Assembleia Municipal que por estarem quase sempre fora do Concelho e o seu Vereador não lhes transmitir as informações, também não sabem e proferem as declarações que todos conhecem.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que à medida que se vão aproximando do fim da legislatura, vão subindo de tom as afirmações, as acusações e a conflitualidade com o PSD, dadas as posições públicas por eles tomadas. São os ataques pessoais na imprensa; São as expressões insultuosas em plena Assembleia Municipal; Não podem esquecer que mesmo nos órgãos autárquicos, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal enquanto instituições,

foram tomadas decisões de censura aos seus próprios membros, legítimos representantes da oposição, só por terem votado contra deliberações da maioria ou por manifestarem publicamente a sua discordância. Todas estas inacreditáveis situações leva-os a sair a terreiro em defesa das regras que os orientam: Os princípios, os valores e a ética. Não é possível um sã convívio social e um livre debate de ideias se as discordâncias e a expressão delas levam ao desprezo e aos comportamentos mais agressivos e mais persecutórios para com quem os manifesta. Aliás, o respeito pela individualidade de cada um de nós não é mais do que o principio personalismo e das doutrinas personalistas, ou, se se quiser, dos princípios humanistas, base de qualquer ideologia política sã. Norteiam-se ainda por valores. A verdade, a tolerância, a clareza de procedimentos, o respeito pelas regras democráticas. É essencial uma política de verdade. E falar verdade obriga a anunciar e a prometer apenas aquilo que em consciência se pode cumprir. Não se pode dizer que se cumpre quando antecipadamente se sabe que no espaço de um mandato, ou até em meio mandato, é irrealizável concretizar um Auditório de grandes dimensões, pelo menos quatro museus, remodelação de Centros Históricos, etc.. Para mais, realizações incomportáveis na actual conjuntura económico-financeira. Uma política de tolerância que obriga a aceitar todas as opiniões diferentes das nossas, a compreender os combates dos adversários, a respeitar os procedimentos dos que agem de maneira diferente. Defendem uma política de escrupulosa observância pelas regras da legalidade, da clareza e da limpidez, tanto mais que a palavra transparência está hoje usada e gasta. Mas além dos princípios e dos valores é ainda absolutamente necessário que todos tenham uma conduta ética. Por isso, repudiam frontalmente qualquer ataque pessoal à honra, à actividade política e até ao trabalho profissional de cada um. A lealdade e o cumprimento da palavra dada, são tão importantes como o poder da maioria ou o livre exercício dos direitos pelas minorias. Chegados a este ponto, impõe-se dizer que todos os Deputados desta Assembleia Municipal são pessoas sérias e são pessoas de bem. Precisamente por isso, já é tempo das pessoas honestas romperem o silêncio que tem pairado e tomarem posição clara no sentido de se saber se subscrevem ou não os ataques pessoais que ultimamente têm sido feitos. Continuam na senda que traçaram de se baterem por aquilo em que acreditam. Ou seja, uma política de verdade para o Concelho, uma intransigente defesa da liberdade de expressão e acção democrática, que não aceita reprimendas ou coações. Uma inequívoca afirmação de não hesitarem no seu caminho mesmo ouvindo palavras injuriosas. Por mais votos que o PSD tenha, o Concelho não é um feudo seu. Continuam a proclamar livremente, em reuniões, em comunicados, em votos de vencido, ou outro meio legítimo, os princípios, os valores e a ética que atrás concretizou. A ideia que tem esta maioria de que “nós é que sabemos o que é melhor para o Concelho”, não é o caminho do PS.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que na reunião anterior alertou para o estado de degradação em que estava a eco-pista, sendo a mesma apresentada em sítios da internet como algo de qualidade e excelência. Na verdade continua a apresentar em vários troços um estado de degradação que não contribui para a excelência que é proclamada pelo Município e pode constituir um risco para quem a utiliza. Perguntou para quando é que está pensada uma intervenção na eco-pista para a regularização dos troços.-----

---A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que as celebrações da Semana Santa correram

bem, dando os parabéns à Câmara. Regozijou-se pelo facto de se comemorar, este ano, o vinte e cinco de Abril em Óbidos.-----

---A Senhora Deputada Ana Carvalho perguntou se o protocolo com o Ipimar, relacionado com o criatório de ostras, foi assinado.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado perguntou qual a data de início e conclusão das obras do Centro de Saúde de A dos Negros. Perguntou também onde podia ser consultado o projecto de requalificação do Centro Histórico de A dos Negros, quando é que tinha efeitos práticos na freguesia e quais as suas implicações.-----

---O Senhor Vereador José Machado, em defesa da sua honra, disse que quando a urbanização dos Arcos, junto ao Aqueduto, foi presente à sessão de Câmara, para deliberação, recordou ao Senhor Presidente da Câmara que aquele terreno, comprado ao Senhor Celestino Duarte Valério, era destinado apenas à construção de moradias, como consta da escritura. Eram moradias de habitação social, tendo perguntado ao Senhor Presidente da Câmara qual era o seu pensamento. Foi-lhe respondido que a habitação social seria feita, mas não nesse sítio. Na apreciação desse assunto, referiu que há um conjunto de pessoas, no qual se inclui, que acham que aquele tipo de arquitectura moderna não deveria ser visto da Vila. Sugeriu que o promotor ficasse com o encargo de fazer uma cortina de árvores para evitar tal situação, encontrando-se lá já algumas árvores. Várias pessoas do Bairro dos Arcos estão desgostosas com o muro. Não é o autor da designação “muro da vergonha”, são várias pessoas residentes naquele bairro. Levanta-se a questão se o muro está à altura regulamentar, ou não. Já lá terá ido a fiscalização da Câmara. Entre os residentes daquele bairro existem duas opiniões. Os que dizem que a altura está excessiva, e os outros, que dizem que não. Aqueles muros são das moradias e não da urbanização. Votou a favor, porque foi aceite colocar a cortina de árvores, para não haver a tal descontinuidade entre a arquitectura existente e esta, bastante moderna. Fez a referência ao compromisso antigo existente, da habitação social, tendo-lhe sido dito que o assunto iria ser tratado em fase seguinte.-----

---O Senhor Deputado Rogério Pinto disse que gostava de saber se a bancada do PS se demarca das notícias que têm vindo a público sobre a questão dos Bombeiros. As comemorações da Semana Santa não têm corrido bem. Existem muitos carros dentro da Vila e há constantes alterações ao percurso das procissões.-----

---O Senhor Deputado Vitor Mata elogiou a Câmara pelo facto de se irem concretizar e arrancar as obras do multiusos de A dos Negros e o Centro de Saúde. Evocou o vinte e cinco de Abril.----

---O Senhor Deputado José Oliveira disse que a bancada do PS não sabe o que quer. O Senhor Deputado João Lourenço é contra os investimentos, tendo em conta a situação económica actual. A Senhora Deputada Anabela Corado vem a seguir pedir investimentos. O Senhor Vereador José Machado disse num jornal que junto à Vila, no Bairro dos Arcos, está a ser construído um “muro da vergonha”.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que o Senhor Vereador José Machado votou favoravelmente o loteamento dos Arcos de Santa Iria, nas várias reuniões em que o assunto foi apreciado. A alusão à habitação social é uma novidade. A perspectiva da Câmara foi a de trazer para o Bairro dos Arcos uma diversidade do ponto de vista urbano, que permita uma verdadeira requalificação. É um projecto de casas pátio e o muro é uma peça essencial nesse conceito.

Entregou a cópia da escritura, acerca de um mês, ao Senhor Vereador, pelo que estranhou que fizesse referência à mesma, não estando a ser violada. Estão a fazer um trabalho de requalificação muito sério no Bairro dos Arcos, e só terminam quando forem eliminados os últimos vestígios de habitação social, que são ainda um conjunto de habitações pré-fabricadas, que iram ser feitos de forma bastante disseminada, para contrariar a ideia de bairro. O Fiscal da Câmara garantiu que estava tudo correcto. A zona do antigo campo de futebol começa a ser requalificada no dia em que acabem as obras no Complexo Logístico Municipal. É uma questão de meses. A localização do auditório não pode estar muito distante de Óbidos, mas também não pode localizar-se em áreas que pudessem ser muito sensíveis, nomeadamente em unidade de paisagem. Uma parte do campo de futebol foi mantida como reserva, sendo um dos locais possíveis onde poderia vir a calhar a localização do futuro auditório. A obra está inscrita no plano de acção e está dependente do QREN. Na área do antigo quartel dos Bombeiros será construída a Praça da Criatividade, onde estão previstos equipamentos de natureza cultural e interligam-se com o Julgado da Paz e a Loja do Cidadão. Têm sido sempre feitas referências ao vinte e cinco de Abril, em Óbidos. O prazo da obra do Centro de Saúde de A dos Negros é de sete meses, devendo estar terminada no início de dois mil e dez. O que foi à reunião de Câmara foi o projecto da rua principal de A dos Negros. É a primeira fase, antes da intervenção nas ruas a que chamam Centro Histórico.-----

---O Senhor Vereador Humberto Marques disse que o estado da eco-pista, nos seus primeiros duzentos metros, não é bom. A Câmara encontrou uma situação, consequência de uma intervenção humana, feita na proximidade do talude, com a abertura de uma vala, que fragilizou o mesmo e o fez cair. O causador da derrocada do talude assumiu essa responsabilidade. A intervenção será feita logo que as condições meteorológicas o permitam, e a partir Junho, dado existirem zonas de nidificação. O protocolo com o Ipimar, para o criatório de ostras, vai à próxima reunião de Câmara, depois de ter sido alterado por sugestão do Senhor Presidente da Instituição atrás referida. O trabalho tem continuado a ser desenvolvido.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que a notícia sobre os Bombeiros é um assunto muito complexo. Não têm de se arrogar como defensores dos Bombeiros. As dúvidas que possam daí decorrer interessam para evitar situações de trapalhadas jurídicas. Uma coisa é a notícia de uma jornalista que desconhece. Outra é a referência que fez a um comunicado do PSD, com referências pessoais a membros da bancada do PS. Não se sente na obrigação de subscrever, ou não, o texto do artigo. Quanto ao que foi dito num comunicado do PSD de Óbidos, em relação a uma pessoa em concreto, é uma situação diferente e levou a que se insurgisse. Deu uma palavra de louvor pela sede do Julgado da Paz ser em Óbidos.-----

---O Senhor Deputado Rogério Pinto disse que percebeu a posição do Senhor Deputado, havendo pessoas que são intocáveis, não se podendo dizer nada, e outras, só porque abraçam a vida pública de uma forma voluntária, pode-se dizer tudo. É lamentável e isto explica a dificuldade que há em aparecerem pessoas para os órgãos sociais das associações.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara solicitou a inclusão de três novos pontos na ordem de trabalhos, a saber: - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Adjudicação de Serviços de Revisão Oficial de Contas dois mil e oito, barra, dois mil e nove; - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Regulamento Municipal de

Toponímia e Numeração de Polícia; - Relatório Final referente a Contratação de Financiamento Bancário da Óbidos Requalifica, E.E.M., para conhecimento.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que um dos pontos significa a aprovação pela Assembleia Municipal da adjudicação de serviços de auditoria externa a uma empresa, DFK e Associados, que é a mesma que fez a auditoria externa às contas de dois mil e oito, relatório que foi apresentado poucos minutos antes do início da Assembleia Municipal. Têm um relatório de auditoria externa de contas de uma empresa que foi adjudicado em reunião de Câmara do dia vinte e quatro e vem hoje à Assembleia Municipal, para aprovação, mas ela já fez o relatório referente às contas de dois mil e oito.-----

---O Senhor Vereador Humberto Marques disse que a Câmara, em conjunto com outras, acordaram que a Cimoeste lançasse o procedimento. Não o lançou para todas as Câmaras, pelo que tiveram que tomar a iniciativa. O Procedimento foi muito acelerado, a fim de ser presente à Assembleia Municipal. Não é com satisfação que o fazem, mas procuraram cumprir dentro da legalidade.-----

---Não havendo mais intervenções, foi posta à votação, a inclusão dos três novos pontos na ordem de trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, passando a ser os pontos números dois, doze e treze, respectivamente. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO OFICIAL DE CONTAS DOIS MIL E OITO, BARRA, DOIS MIL E NOVE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil duzentos e nove, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Adjudicação de Serviços de Revisão Oficial de Contas dois mil e oito, barra, dois mil e nove.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que esta situação, pelos contornos formais, é no mínimo peculiar, ou seja, formalmente a Câmara faz uma proposta de adjudicação por ajuste directo com uma empresa que assume a qualidade de auditora externa das contas da Câmara no dia vinte de Abril. Admitimos que a empresa em causa começou a trabalhar e a incidir a sua actuação sobre as contas de dois mil e oito a partir dessa altura. Carecia ainda, para a sua plena legitimação como entidade auditora externa das contas da Câmara, ser aprovado pela Assembleia Municipal, que só o fará hoje. Acompanha o Senhor Vereador quando diz que esta situação não é de facto uma situação satisfatória, nem ideal, tratando-se de um ajuste directo, relativamente aos serviços que estão subjacentes àqueles que estão a ser contratualizados. Exprimiu as suas reservas, muito vincadas, relativamente à forma como este processo foi trazido pela Câmara.-----

---O Senhor Vereador Humberto Marques disse que é um ajuste directo nos termos da Lei, por consulta a três entidades. Decorreu o período de audiência prévia. Cumpriu-se toda a formalidade legal que o procedimento em causa obriga. É um procedimento para dois anos. Um revisor oficial de contas é inteiramente responsável, para o bem e para o mal, pelas contas que está a auditar. Não passa pela cabeça que estes auditores, pelo facto de terem pouco tempo, tenham emitido um conjunto de opiniões contidas no documento, pouco rigorosas ou sem detalhe. Foi uma equipa muito grande a trabalhar. A empresa é credível e merece toda a confiança. A tentativa de criação de uma possível reserva relativamente ao conteúdo, já vai para

além do razoável. Assumem, do ponto de vista formal, algum atraso.-----

---O Representante da Empresa DFK disse que foi solicitado um esforço bastante significativo para realizar o trabalho. Trabalharam bastantes horas e afectaram bastantes recursos. A responsabilidade do documento é inteiramente da empresa.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o que está em causa é o procedimento tendente à contratação desta empresa. Em momento algum da sua intervenção pôs em causa o documento que foi produzido. Pôs em causa o processo referente à sua contratualização e eventuais efeitos perniciosos no trabalho desenvolvido.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Adjudicação de Serviços de Revisão Oficial de Contas dois mil e oito, barra, dois mil e nove, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a declaração de voto, que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto – O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Óbidos votou a favor da escolha do Auditor Externo das Contas da Câmara Municipal de Óbidos para o biénio dois mil e oito, barra, dois mil e nove, em sessão de vinte e três de Abril de dois mil e nove, não deixando, contudo, de declarar o seguinte: Um – Na reunião de Câmara do passado dia vinte de Abril foi decidido adjudicar a uma firma, por ajuste directo, os serviços de Auditoria Externa às Contas da Câmara Municipal. Dois – A referida firma iniciou imediatamente a sua função sem contudo estar formalmente nomeada pela Assembleia Municipal, entidade legalmente competente para o efeito, tendo apresentado o certificado das Contas Municipais de dois mil e oito no dia vinte e três de Abril, data da realização desta Assembleia Municipal. Três – A Câmara Municipal apresentou um novo ponto à ordem de trabalhos para que a Assembleia finalmente aprovasse a referida firma, que já tinha produzido o seu Relatório como Auditora das Contas Municipais, decisão que mereceu o acordo do Partido Socialista. Quatro – Assim, o PS ao mesmo tempo que declara as suas reservas, de forma muito vincada, quanto à forma como decorreu todo este processo, e que demonstra a forma precipitada e pouco cuidada como a Câmara Municipal trata os assuntos com esta natureza tão sensível, não deixa de, com o seu voto, ajudar a Câmara Municipal a resolver, por unanimidade, mais esta situação, contribuindo para a estabilidade de todo o processo financeiro. Em vinte e três de Abril de dois mil e nove. O Grupo Municipal do Partido Socialista.”.-----

--- PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE DOIS MIL E OITO DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil setecentos e quarenta e três, de oito de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, os Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e oito do Município de Óbidos.-

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que globalmente o Município de Óbidos continua a apresentar contas que, atendendo à situação de certas autarquias do País, se podem considerar relativamente sustentadas. Essa é a razão fundamental que levou o Grupo Municipal do PS de Óbidos a votar favoravelmente as Contas Municipais da Câmara Municipal de Óbidos, neste mandato autárquico, o que fazem com sentido de responsabilidade, assentes no rigor da análise, não permitindo, como nunca permitiram, que a mera conveniência política e partidária influenciasse as suas decisões e actuações. Estas foram provas, das muitas que têm dado de que



a “oposição de bota-abaixo” é uma expressão que não se aplica ao PS de Óbidos. O recurso ao crédito não foi até dois mil e oito usado como forma de financiamento da Autarquia e o volume de despesa com o pessoal encontra-se dentro dos parâmetros considerados satisfatórios, apesar desta última apresentar um aumento apreciável em dois mil e oito. O Município é pelas suas características, capaz de gerar receitas que permite esta gestão equilibrada, uma vez que se encontra entre os dez municípios do País com mais receita per capita. Esta situação de manifesto privilégio não é, contudo, concretizada num benefício proporcional em relação ao Concelho e aos seus cidadãos. Contudo, aspectos há nas Contas Municipais de dois mil e oito que merecem a apresentação de um conjunto de dúvidas e de questões, algo que resulta do exercício normal dos direitos inerentes a uma oposição que se quer exigente e objectiva. Lembrou que o orçamento de dois mil e oito era o orçamento dos vinte e sete milhões de receita. As contas vêm demonstrar que afinal o orçamento de dois mil e oito foi o orçamento dos dezassete milhões. Para tal muito contribui o permanente exagero quanto às receitas de capital que dos treze milhões previstos afinal foram arrecadados pouco mais de dois milhões de euros. Do lado da receita corrente não houve surpresas, antes pelo contrário, houve alguns aumentos inesperados como o IMT que rendeu mais vinte por cento do que o previsto, ou as taxas municipais que foram o dobro das inicialmente previstas. Depois de vários anos em que a situação financeira da Câmara ao nível da receita vinha a melhorar, o ano de dois mil e oito marca o início de um novo ciclo financeiro, em que tudo aponta, se agravará em dois mil e nove. As receitas de dois mil e oito desceram dez por cento em relação a dois mil e sete. As receitas correntes cobradas em dois mil e oito, catorze, vírgula, quatro milhões de euros, são inferiores às de dois mil e sete que foram de quinze milhões de euros. A Câmara transformou a despesa orçamentada em dois mil e oito, que era inicialmente de quase vinte e oito milhões de euros, nuns moderados dezassete milhões de euros. Tal significou que algumas das promessas feitas aos cidadãos de Óbidos em dois mil e oito, ficaram, mais uma vez, por cumprir. O PS aquando da discussão do orçamento para dois mil e oito já tinha dado nota das suas dúvidas quanto ao cumprimento das promessas de investimento. Mais uma vez lá estavam as grandes obras há muito prometidas pelo Executivo PSD, um Auditório megalómano de mais de sete milhões de euros, parques de estacionamento subterrâneos de seis milhões de euros, uma Loja do Cidadão de dois milhões de euros, a remodelação de todas as infra-estruturas do Centro Histórico com uma previsão prevista de despesa de dois, vírgula, cinco milhões de euros, o Museu das Guerras Peninsulares, uma promessa já com barbas para a Vila das Gaeiras, o Museu do Chocolate, o Museu da Arqueologia e o Museu das Rainhas de Portugal, mas que, como alertaram, não tinham nenhuma receita definida para os concretizar. Agora sabe porquê. Não percebe tantos elogios feitos no Relatório de Gestão de dois mil e oito. No mapa dois, ponto, dois, que relata a “Execução dos GOPs”, lá têm, à vista de todas as situações muito graves e preocupantes na gestão do Município. Projectos que o Executivo considera estruturantes viram as suas verbas reduzidas de forma drástica e incompreensível. O Projecto Mimo que tinha previstos cento e oitenta mil euros apenas pôde usar míseros oito mil euros. O Programa Crescer Melhor que tinha previstos duzentos e quarenta mil euros teve menos cem mil euros. O Gabinete de Educação gastou metade do que tinha orçamentado e o Gabinete de Arqueologia pôde gastar uns míseros mil e seiscentos euros. Dos oitocentos mil euros para Requalificação Urbana foram gastos apenas

trinta e um mil de euros. Existem mesmo situações sobre as quais só se podem interrogar. O Programa Óbidos Voluntário e o Programa de Incentivos à Juventude executaram zero por cento das verbas previstas. Igualmente executaram zero por cento as rubricas relativas ao Núcleo de Intervenção Social, à Rede Museológica Três, à Oficina de Eventos e à Rede Natur. Mas não é preocupante apenas que essas promessas não tenham sido concretizadas em dois mil e oito. É que não estão previstas no investimento para os anos seguintes. Mas pior. Mais do que não concretizar as grandes obras, a Câmara Municipal ainda anulou rubricas para fazer face à sua situação orçamental. Anularam-se oitenta mil euros para restauros designadamente no Cruzeiro da Memória, no Pórtico da Igreja de Santa Maria, no Aqueduto. Anularam-se ao longo dos anos, os escassos cinquenta mil euros destinados ao Museu das Guerras Peninsulares, retiraram-se duzentos e catorze mil euros à intervenção em Habitação Social e seiscentos e dez mil euros à construção de Habitação Social. Preocupantes os números de nove milhões setecentos e quarenta e sete mil quinhentos e oitenta e cinco euros de compromissos por pagar. Na listagem das dívidas a terceiros em final de dois mil e oito estão somados quase oito milhões de euros. Estão acumuladas dívidas a uma quantidade exagerada de agentes económicos do Concelho, uma situação que contrasta com a aparente situação sadia das finanças do Município. As dívidas a terceiros cresceram, em relação a dois mil e dois, quatro vezes mais. No documento apresentado pela empresa, mais de metade do que está escrito são reservas relativamente às contas em análise. As reservas devem ser escalpelizadas ponto por ponto. Finalmente fica por esclarecer se está ou não incluída nos compromissos por pagar a verba de quinhentos mil euros de participação, já recebida anteriormente, para a futura nova estrada IP seis empreendimentos turísticos cuja construção ainda não está iniciada.-----

---O Senhor Deputado José Oliveira disse que é a melhor execução que alguma vez foi feita. Houve um aumento dos proveitos da consolidação das contas. Há investimento do Município. A liquidez geral do Município continua excelente. A autonomia financeira ronda os oitenta e dois por cento. O prazo médio de pagamento é de cinquenta e quatro dias. O anuário de dois mil e sete diz que Óbidos está nos cinquenta municípios que apresentam maior autonomia financeira, não recorreu a empréstimos bancários, é dos municípios com maior peso nas receitas provenientes de impostos e está nos municípios sem proveitos diferidos e com elevado proveito financeiro. Está também nos trinta maiores municípios com resultados económicos. O Município de Óbidos tem situações económicas para se regozijar, para estar satisfeito com a sua gestão e continuar no mesmo caminho. Com o investimento que o Município tem feito, aparecem outros investidores que trazem mais pessoas para habitarem no Concelho. O subsídio de exploração baixou porque Óbidos está melhor. O Município tem mais investimento, neste momento, do que no último mandato do PS. A nível de contas e de situação económica considera uma situação do melhor que existe na gestão do Município.-----

---O Senhor Vereador Humberto Marques disse que parece que o Senhor Deputado Luís Carvalho passa a vida fora do Concelho. Não tem tempo para ver as obras que estão a acontecer no Concelho. Só pode interpretar o que o Senhor Deputado acabou de dizer à luz da sua ausência nos últimos tempos no Concelho. Só quem não mora no Concelho pode dizer tal coisa. Passa a mensagem que Óbidos está mal, não está a fazer obras. Óbidos está a executar muitas obras, tais como o Complexo Logístico, o Complexo Escolar dos Arcos, a Passagem Superior, o

Parque Tecnológico, a reabilitação de muitos fogos na Amoreira, a estrada do Vau à Amoreira, os Caminhos Rurais, construção de Jardins de Infância, Creches e Atls, Extensão do Centro de Saúde. Os Complexos Escolares é que os incomoda. O Senhor Deputado é pai da falta de financiamento das autarquias e da ausência de obras. É pai do monstro. O Senhor Deputado acabou por criar uma expectativa de estarem na QREN e terem financiamento de receitas de capital. Só agora é que começaram a abertura de regulamentos. O Executivo mostra determinação, rigor, coragem, capacidade de decisão e de arriscar. Arriscaram em nome do desenvolvimento. Arriscaram porque acharam que tinham financiamentos do QREN em dois mil e sete. Só por essa razão é que não executaram as receitas de capital. Gostava que o Senhor Deputado tivesse a frontalidade intelectual para dizer que ainda assim o Executivo teve em conjunto com as suas empresas a maior execução de sempre, vinte e três milhões quatrocentos e cinquenta mil euros, mais do que em dois mil e sete. Parece que desconhece que para o projecto Crescer Melhor e para outros programas municipais, o Município não tem transferido verbas para os seus parceiros e estão noutras rubricas que não quis vez. O projecto Crescer Melhor está a andar. O Projecto Mimo foi reformulado e apresentado dia onze de Janeiro no âmbito do Feriado Municipal. Neste momento as Juntas de Freguesia já têm formação para aparecer junto dos cidadãos com uma mensagem mais próxima de si. O Senhor Deputado tem o desplante de vir invocar a Loja do Cidadão. A Loja do Cidadão só será feita quando houver justiça e rigor. Não aceita ser um financiador de um programa do Governo. Não referiu a capacidade da Câmara de auto-financiamento. Executaram mais do que o ano passado. Pagam rapidamente a todas as empresas do Concelho. Não fiavam as coisas quando o PS estava na Câmara.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que uma das questões que focou tem a ver com o relatório, que é esclarecedor. O que vê é um conjunto de reservas. Perguntou se vão ser esclarecidos relativamente às reservas que são suscitadas pelo Auditor Externo. Quando está presente é na qualidade de Deputado Municipal. Não vê obras, nem vêem as outras pessoas. Do que estão a falar é de obras que colocaram no orçamento de dois mil e oito. O Governo e as Autarquias têm feito um esforço enorme na concretização dos Complexos Escolares. Perguntou quais os Complexos Escolares que a Câmara estava a fazer sem o apoio dos fundos comunitários. Os apoios virão. Não é pai da Lei das Finanças Locais, mas se o fosse era um grande elogio. Se a Câmara tem méritos vai ser premiada pelo QREN. Disponibilizou o anuário. Quem o apoia é o Tribunal de Contas.-----

---O Senhor Vereador Humberto Marques disse que parece que se criou uma nuvem por causa destas reservas. Ficou satisfeito com as mesmas, porque significa que se a Câmara tomasse certas medidas, com certeza que o seu conjunto de activos ainda era muito maior. A capacidade de endividamento era muito maior. A Câmara está de boa saúde. O Senhor Deputado Luís Carvalho faz crer que quando as coisas não acontecem a culpa é do Executivo, mas quando acontecem o mérito é do Governo. O Complexo Escolar dos Arcos teve zero de financiamento do QREN. Quando estava a falar no pai do monstro não se referia à Lei das Finanças Locais. O Senhor Deputado é responsável pela perda de quarenta e cinco por cento das receitas de Óbidos. Deu exemplos de algumas candidaturas. A carta de conforto vale zero. Espera que as regras do falso mérito sejam revistas e melhoradas. Na contratualização encaixa o Museu das Guerras Peninsulares. O Ministério da Educação deu zero para os Complexos Escolares. O aumento dos

recursos humanos teve a ver com o compromisso que assinaram “A escola mais próxima”.-----  
---O Senhor Deputado José Oliveira disse que é de louvar a certificação de contas porque sabe com clareza os problemas que existem nas mesmas. Se todos os pontos estivessem registados na contabilidade iriam valorizar o capital próprio e aumentar a autonomia financeira. O resultado está prejudicado em dois milhões de euros, por provisões que foram feitas e têm a ver com estas obras, feitas pelo Município. O Município está a trabalhar com organização e método. A Câmara recebeu zero para os Complexos Escolares. O QREN não tem nada de Governo. O Ministério da Educação tem o dever de apoiar.-----

---O Senhor Deputado José Capinha disse que estava a pensar na função do Senhor Deputado Luís Carvalho. Acha óptimo para Óbidos e para a Assembleia que esteja presente um representante da Secretaria de Estado das Autarquias Locais. Acaba por ajudar a todos a ver isto com maior atenção. Um pouco à semelhança das reservas que os Senhores Deputados do PS levantam, ocorreu-lhe algo que gostava de ver esclarecido. Acredita que o Senhor Deputado tem tanto empenho pelo bem do Concelho, tanto empenho em os proteger, que teme que possa estar a entrar em alguma incompatibilidade com as suas funções. Pessoalmente gostaria que fosse pedido um parecer que esclarecesse esta situação, até para salvaguarda do Senhor Deputado.-----

---O Representante da Empresa DFK disse que o objectivo foi certificar as contas de dois mil e oito. No decorrer dos trabalhos foram verificadas diversas questões que consideram como reservas. Estão a falar de oito reservas, seis das quais são por limitação e duas por excepção. As duas por excepção são verbas que estão quantificadas e permite determinar qual é o impacto que esses valores têm. As outras têm limitações, porque não permitiram tirar conclusões. Fez uma explicação exaustiva sobre as reservas apresentadas.-----

---A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que é injusto e inadequado o Senhor Vereador referir-se à bancada do PS como vocês. É feio. Relativamente ao Senhor Deputado José Capinha, percebe que a avaliação técnica e rigorosa do Senhor Deputado Luís Carvalho, embora as suas opiniões diverjam, devia ser uma honra para a Assembleia. Está-se a levantar uma questão que é disparatada, sobre questões de incompatibilidade. Mal seria se neste País democrático, um cidadão não pudesse ser eleito e ser Deputado numa Assembleia Municipal, no sítio onde reside, ou passa a maior parte do seu tempo. Isso é absolutamente inimaginável.-----

---O Senhor Deputado José Oliveira, sobre o ponto dez, agradeceu por o representante da empresa ter dito que isto era uma herança do tempo do PS. Como foram criadas provisões sobre o valor deste ponto que está em execução, existindo um montante que pode ser recuperado, perguntou se as previsões não podiam ser só criadas quando transitado em julgado e só por aquilo que a Câmara não recebesse. Perguntou ainda quais são as taxas de amortização para bens imóveis, que segundo sabe, rodam entre os dois e os quatro por cento.-----

---O Representante da Empresa DFK disse que relativamente ao ponto dez, não estão constituídas previsões. O valor é um activo. Existe uma garantia que garante determinado valor. A taxa de amortização de imóveis é de dois por cento.-----

---O Senhor Deputado José Capinha disse que nutre pela Senhora Deputada Cristina Rodrigues todo o respeito. Tentará nunca utilizar sobre as suas intervenções expressões como disparatadas, descabidas ou como se fossem algo que não respeitassem a democracia. Pediu e reitera que seja feito o esclarecimento. Acha que é legítimo. Alguém que tem funções políticas num órgão cuja

responsabilidade é tutelar as Autarquias Locais, poderá beneficiar o Concelho. Para salvaguarda do Senhor Deputado Luís Carvalho, este assunto devia de ser esclarecido.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que fica a aguardar, expectante e ansioso, a decisão que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal vai tomar quanto à proposta apresentada pelo Senhor Deputado José Capinha. Não faz ideia se do lado da bancada do PSD alguém gostaria um dia de estar nas funções que agora desempenha. Está a tentar desempenhar as funções da melhor maneira que sabe e pode. Quando um dia alguém, da bancada do PSD, vier a desempenhar as funções que agora exerce, deseja que o possa fazer muito melhor, com mais dedicação e rigor. Que a bancada do PSD de Óbidos venha no futuro a dar excelentes governantes, excelentes colaboradores, em benefício da País, de Óbidos e da Europa.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, solicitou que o Senhor Deputado fizesse a proposta por escrito, se assim o entender. Será mais confortável para todos, haver não só a propositura por escrito, mas também a sua votação, se assim o entenderem, para haver a máxima transparência.-----

---Como não houve mais intervenções, foram os Mapas de Prestação de Contas do ano de dois mil e oito do Município de Óbidos, postos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a declaração de voto, que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto – O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Óbidos votou a favor os Mapas de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Óbidos do ano de dois mil e oito, em sessão de vinte e três de Abril de dois mil e nove, não deixando, contudo, de declarar o seguinte: Um – Globalmente o Município de Óbidos continua a apresentar contas que, atendendo à situação de certas autarquias do País, se podem considerar relativamente sustentadas. Essa é a razão fundamental que leva, mais uma vez, o Grupo Municipal do PS de Óbidos a votar favoravelmente as Contas Municipais do CMO, o que sempre aconteceu neste mandato autárquico, o que fazemos com sentido de responsabilidade, assentes no rigor da análise, não permitindo, como nunca permitimos, que a mera conveniência política e partidária influenciasse as nossas decisões e actuações. Esta é mais uma prova, de muitas que damos, de que “oposição de bota-abaixo” é uma expressão que não se aplica ao PS de Óbidos. Dois – Refira-se, no entanto, que o Município de Óbidos é, pelas suas características, capaz de gerar receita que permite esta gestão equilibrada, uma vez que se encontra entre os dez municípios do País com mais receita per capita. Esta situação de manifesto privilégio não é, contudo, concretizada num benefício directo e proporcional em relação ao Concelho e aos seus cidadãos. Três – Contudo, aspectos há nas Contas Municipais de dois mil e oito que merecem a apresentação de um conjunto de dúvidas e de questões, algo que resulta do exercício normal dos direitos inerentes a uma oposição que quer ser exigente e objectiva. Assim: a) Comecemos por relembrar que o Orçamento de dois mil e oito era o Orçamento dos vinte e sete milhões de receita. As contas vêm demonstrar que afinal o Orçamento de dois mil e oito foi o Orçamento dos dezassete milhões. Para tal muito contribuiu o permanente exagero quanto às receitas de capital que dos treze milhões previstos afinal foram arrecadados pouco mais de dois milhões de euros. De facto, do lado da Receita Corrente não houve surpresas, antes pelo contrário houve alguns aumentos inesperados como o IMT que rendeu mais vinte por cento do que o previsto, ou as taxas

municipais que foram o dobro das inicialmente orçamentadas. b) Depois de vários anos em que a situação financeira da Câmara de Óbidos ao nível da receita vinha a melhorar, como tínhamos o prazer de salientar, o ano de dois mil e oito marca o início de um novo ciclo financeiro e que, tudo aponta, se agravará em dois mil e nove. As receitas de dois mil e oito desceram dez por cento em relação a dois mil e sete. As receitas correntes cobradas em dois mil e oito (catorze, vírgula, quatro milhões de euros) são inferiores às de dois mil e sete (quinze milhões de euros). c) Assim, a CMO igualmente transformou a despesa orçamentada em dois mil e oito, que era inicialmente de quase vinte e oito milhões de euros, nuns moderados dezassete milhões. Tal significou que algumas das promessas feitas aos cidadãos de Óbidos em dois mil e oito ficaram, mais uma vez, por cumprir. d) O PS, aquando da discussão do Orçamento para dois mil e oito, já tinha dado nota das suas dúvidas quanto ao cumprimento das promessas de investimento. Mais uma vez lá estavam as grandes obras há muito prometidas pelo executivo PSD, um Auditório megalómano de mais de sete milhões de euros, parques de estacionamento subterrâneos de seis milhões de euros, uma loja do cidadão de dois milhões de euros, a remodelação de “todas as infra-estruturas do Centro Histórico” com uma previsão de despesa de dois, vírgula, cinco milhões de euros, o Museu das Guerras Peninsulares, uma promessa já com barbas para a Vila das Gaeiras, o Museu do Chocolate, O Museu da Arqueologia e o Museu das Rainhas de Portugal, mas que, como alertámos então, não tinham nenhuma receita definida para os concretizar. Agora sabemos porquê. Porque não foram concretizados. e) E não percebemos tantos elogios feitos no Relatório de Gestão de dois mil e oito. No mapa dois, que relata a “Execução das GOPs”, lá temos, à vista de todos situações muito graves e preocupantes na gestão do município. Projectos que o Executivo considera estruturantes viram as suas verbas inicialmente previstas reduzidas de forma drástica e incompreensível. O Projecto Mimo que tinha previstos cento e oitenta mil euros apenas pôde usar míseros oito mil euros. O Programa Crescer Melhor que tinha previstos duzentos e quarenta mil euros teve menos cem mil euros. Em Acção Social dos seiscentos e oitenta mil euros orçamentados só se gastaram duzentos e setenta mil euros. O Gabinete de Educação gastou metade do que tinha orçamentado e o Gabinete de Arqueologia pode gastar uns míseros mil e seiscentos euros. Dos oitocentos mil euros para Reabilitação Urbana foram gastos apenas trinta e um mil euros. f) Mas existem mesmo situações sobre as quais só nos podemos interrogar. O Programa Óbidos Voluntário e o Programa de Incentivos à Juventude executaram zero por cento das verbas previstas. Igualmente executaram zero por cento as rubricas relativas ao Núcleo de Intervenção Social, à Rede Museológica Três, à Oficina de Eventos e à Rede Natur. g) Mas não é preocupante apenas que essas promessas não tenham sido concretizadas em dois mil e oito, como estavam prometidas. É que não estão previstas no investimento para os anos seguintes. h) Mas pior. Mais do que não concretizar as grandes obras, a Câmara Municipal ainda anulou rubricas para fazer face à sua situação orçamental. Por exemplo, anularam-se oitenta mil euros para restauros designadamente no Cruzeiro da Memória, no Pórtico da Igreja de Santa Maria, no Aqueduto. Anularam-se, ao longo do ano, os escassos cinquenta mil euros destinados ao Museu das Guerras Peninsulares, retiraram-se duzentos e catorze mil euros à intervenção em Habitação Social e seiscentos e dez mil euros à construção da Habitação Social. i) Preocupantes os números de nove milhões setecentos e quarenta e sete mil quinhentos e oitenta e cinco euros por pagar. Na listagem das

dívidas a terceiros em final de dois mil e oito estão somados quase oito milhões de euros. Estão acumuladas dívidas a uma quantidade exagerada de agentes económicos do Concelho, uma situação que contrasta com a aparente situação sadia das finanças do município. As dívidas a terceiros cresceram, em relação a dois mil e dois, quatro vezes mais. Quatro – De notar que a certificação das Contas Municipais emitida pelo ROC relativamente a dois mil e oito foi entregue no momento da Assembleia Municipal, referindo várias reservas. Cinco – Finalmente fica por esclarecer se está ou não incluída, nos “Compromissos por pagar” a verba de quinhentos mil euros da comparticipação, já recebida anteriormente, para a futura nova estrada IP seis, barra, empreendimentos turísticos cuja construção ainda não está iniciada. Em vinte e três de Abril de dois mil e nove. O Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS – COMPLEXOS ESCOLARES DO ALVITO E FURADOURO: - Presente o ofício da Câmara

Municipal de Óbidos, número três mil setecentos e cinquenta e sete, de oito de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Empréstimo de Longo Prazo do Município de Óbidos – Complexos Escolares do Alvito e do Furadouro.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado perguntou se com este empréstimo, necessário para a construção dos complexos, no futuro, podem vir a perder os benefícios que agora têm.-----

---O Senhor Deputado José Oliveira disse que fazer um empréstimo para construção de dois edifícios é para não se perder os benefícios. O que a Câmara está a fazer é um empréstimo de médio, longo prazo para construção de dois novos Complexos Escolares. O Ministério da Educação não apoia. Louvou a forma como a Câmara escolheu a entidade financiadora. A Câmara pensa nas crianças do Concelho.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que não reconhece ao Senhor Deputado José Oliveira autonomia, nem qualquer competência especial para dizer que não percebe nada de nada. Respeita todas as pessoas. Não admite que diga que não percebe de nada. A Escola Josefa de Óbidos, no ranking das escolas ficou no último lugar ao nível da avaliação de resultados. A Câmara tem um acordo de parceria com as escolas que permite intervir, dar dinheiro para desenvolver projectos, no sentido de ajudar as crianças. A educação é também a qualidade dos nossos alunos. O que está implementado é tão bom que tem medo que se venha a perder.-----

---O Senhor Deputado José Oliveira disse que muitas das situações que se passam nas escolas tem a ver com os pais.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que a questão do empréstimo está relacionada com a construção de dois Complexos Escolares. O reordenamento educativo podia ser feito até dois mil e treze. O ranking das classificações foi o motor para andarem tão rápido. Não devem olhar para uma questão meramente financeira, mas acima de tudo para uma questão de urgência no processo colectivo como comunidade. Precisam que toda a comunidade viva com mais recursos de instrução. Fica satisfeito, porque se está a pedir à Câmara para se fazer mais. Espera que não se concentrem demasiado na questão financeira. O empréstimo não conta para o endividamento do Município. Não se vai por em causa o sistema educativo. O Ministério da Educação está com dificuldade em auxiliar o Município. Gostava de sentir que não havia hesitações quanto ao empréstimo. Sessenta e tal por cento da obra é financiada pela Autarquia. Gastam oito milhões

de euros e têm três milhões de euros de crédito contratados.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Empréstimo de Longo Prazo do Município de Óbidos – Complexos Escolares do Alvito e Furadouro, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu o requerimento que a seguir se transcreve: “José Carlos Ribeiro Capinha na qualidade de Deputado Municipal, vem por este meio solicitar a V. Ex<sup>a</sup>. se digne requerer parecer jurídico referente a eventual incompatibilidade de funções do Senhor Deputado Luís Carvalho nesta Assembleia Municipal, e nas suas funções na Secretaria de Estado das Autarquias Locais.”.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a mesma tomou a devida nota e irá solicitar os pareceres respectivos. Não haverá lugar a qualquer tipo de deliberação, porque não faz sentido e seria ilegal.-----

---O Senhor Deputado Frederico Garcia disse que juridicamente não sabe o que vai dar. Na sua opinião o Senhor Deputado Luís Carvalho é bem-vindo à Assembleia Municipal, sendo uma mais-valia para o seu Grupo Parlamentar, fazendo falta à mesma. A Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador da Câmara e quanto mais pessoas e com melhor capacidade para fiscalizarem a Câmara melhor. Quanto mais forte for a oposição melhor. Se dependesse dele o Senhor Deputado ficava exactamente como está. Interpreta o requerimento não para o pôr fora da Assembleia Municipal, mas talvez para saber se tem legitimidade para estar na mesma, ou não, e até na sua própria defesa.-----

---PONTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE A INTEGRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS COMO ASSOCIADO FUNDADOR DA OBITEC: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil setecentos e oitenta e quatro, de nove de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Deliberação sobre a

Integração da Câmara Municipal de Óbidos como Associado Fundador da OBITEC.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal solicitou aos presentes que respeitem os Senhores Deputados Municipais quando estão no uso da palavra.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que o Senhor Deputado Frederico Garcia estava igual a ele próprio e que a intervenção do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ainda vinha muito a tempo. Bem hajam. Se lerem as entrelinhas daquilo que disse no principio, vêem que as duas intervenções estão lá.-----

---A Senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que percebem que a necessidade de criar esta entidade decorre de imperativos legais. Há que ter muito cuidado para evitar questões de promiscuidade. Sobre os estatutos tem algumas dúvidas. Algumas são gralhas que podem ser corrigidas. Questionou sobre a remuneração dos titulares dos órgãos sociais, sobre o destino dos lucros e sobre o envio das contas ao Tribunal de Contas.-----

---O Senhor Presidente da Câmara explicou que a associação demonstra que a Câmara quer duas coisas. Quer fazer o parque de ciência e tecnologia e quer fazê-lo com parceiros. A OBITEC não decorre de imperativo legal. É a necessidade de ter um veículo que possa estar de acordo com os financiamentos comunitários. A Câmara Municipal é dona do terreno e entra na associação com o que tem. Sendo os lotes propriedade da Óbidos Requalifica, não fazia sentido que a entidade



jurídica que é dona dos lotes não estivesse presente. Vão convidar empresas para fazer parte da mesma. O que se vai decidir no futuro é o peso que cada entidade vai ter. A Câmara Municipal deve ser maioritária dentro da associação. Já começaram a fazer contactos. As Universidades de Lisboa têm hoje o primeiro parque de ciência e tecnologia para onde se podem virar, na procura de investimento para as suas unidades de investigação. A Universidade Técnica de Lisboa é um parceiro muito importante. Vão ter grupos empresariais de referência e vão convidar todas as Câmaras Municipais da Região Oeste.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Deliberação sobre a Integração da Câmara Municipal de Óbidos como Associado Fundador da OBITEC, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE CAPITAL DA ÓBIDOS REQUALIFICA NA OBITEC: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil setecentos e oitenta e seis, de nove de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Integração de Capital da Óbidos Requalifica na OBITEC.-----

---Como não houve intervenções, foi a Proposta de Integração de Capital da Óbidos Requalifica na OBITEC, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTATUTOS DA OBITEC: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil setecentos e oitenta e cinco, de nove de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Estatutos da OBITEC.-----

---Como não houve intervenções, foi a Proposta de Estatutos da OBITEC, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO OITO – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, número quatro mil trezentos e cinquenta e nove, de nove de Março do corrente ano, solicitando que seja eleito um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Óbidos.-----

---Foi presente a proposta que a seguir se transcreve: “Em referência ao ponto oito – Eleição de Representante Comissão Acompanhamento Revisão Plano Director Municipal de Óbidos, o Grupo Municipal do PSD, apresenta o Senhor Deputado José Carlos Ribeiro Capinha.”.-----

---Posta à votação secreta, foi a mesma aprovada por maioria, com quinze votos a favor, dois votos em branco e três votos nulos. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO NOVE: - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E OITO DA ÓBIDOS PATRIMONIUM PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil setecentos e cinquenta e três, de oito de Abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e oito da Óbidos Patrimonium.-----

---Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DEZ – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE DOIS MIL E OITO DA ÓBIDOS REQUALIFICA PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número três mil setecentos e noventa e quatro, de nove de Abril corrente ano, remetendo para conhecimento, o Relatório de Gestão e Contas de dois mil e oito da Óbidos Requalifica.-----

---Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO ONZE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Deputado João Lourenço disse que leu a informação. Agradeceu e louvou a lista de processos enviada pela Câmara Municipal.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOZE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil duzentos e dez, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que não leu o Regulamento. Propôs que passasse para uma nova ordem de trabalhos. Solicitou que lhe facultassem o Regulamento de Atribuição de Medalhas.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO TREZE – RELATÓRIO FINAL REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO DA ÓBIDOS REQUALIFICA, E.E.M., PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil duzentos e oito, de vinte e dois de Abril do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Relatório Final referente à Contratação de Financiamento Bancário da Óbidos Requalifica, E.E.M.-----

---Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO CATORZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Foi dada a palavra ao Munícipes presentes.-----

---Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma horas e cinquenta minutos do dia vinte e quatro de Abril do corrente ano. E eu Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----